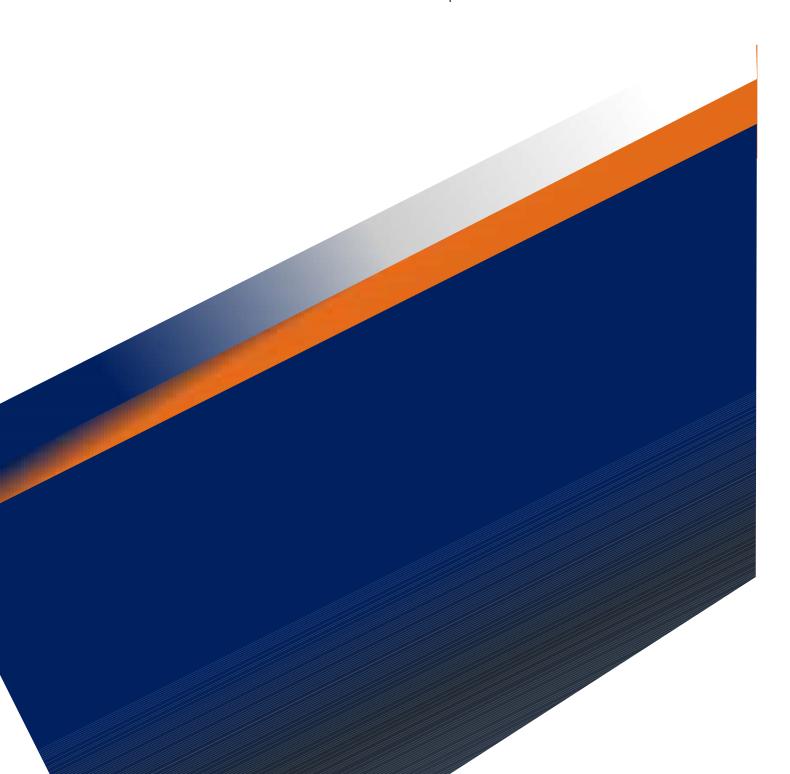
BS2 SEGUROS S. A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023, Relatório da Administração e Relatório dos Auditores Independentes



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, colocamos à disposição de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes da BS2 Seguros S.A, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A BS2 Seguros é uma Seguradora autorizada a operar nos ramos de danos e pessoas.

Desempenho Operacional: A Seguradora iniciou efetivamente a comercialização de Seguros em agosto de 2022. No exercício do ano de 2023, emitiu R\$30.291 mil em prêmios, e apresentou ativos totais de R\$88.152 mil.

Ainda no ano de 2023 a Seguradora aumentou seu portfólio de produtos comercializados, com a aprovação e início de vendas de sete novos produtos.

O mercado segurador em 2023 apresentou um crescimento de 9% se comparado ao ano de 2022. O segmento de danos obteve um crescimento percentual de 10% frente ao mesmo período do ano anterior. Já o segmento de pessoas, principalmente o seguro de vida, atingiu em 2023 a marca de R\$30,4 bilhões, na arrecadação de prêmios, um crescimento de 12%.

Inseridos no cenário de crescimento, divulgado pela Susep em 2023, a BS2 Seguros, vem crescendo exponencialmente no segmento de vida, realizando parcerias com empresas do setor de varejo, apresentando o montante acumulado de R\$23 milhões, no recolhimento de prêmios. A Seguradora também tem apresentado expressivo crescimento nas vendas de seus produtos do segmento de danos, atuando junto a montadoras e revendedoras, principalmente no mercado de auto, mercado este que apresenta o maior número de arrecadação de prêmios em 2023.

Perspectivas: A estratégia de negócios da BS2 Seguros está baseada na oferta de soluções de seguros desenvolvidas em função de um processo continuado de identificação de necessidades dos canais. Os nichos em que a Seguradora atua são identificados com base em conceitos de segmentação e diferenciação. A plataforma de operações da BS2 Seguros é dinâmica e flexível, visando atender às diversas demandas dos segmentos definidos como alvo de atuação, seguindo políticas e procedimentos consistentes de avaliação, aceitação e precificação de riscos, e de gerenciamento de riscos e de sinistros, condições essenciais para atuar com sucesso em um mercado competitivo como o de seguros no Brasil.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos colaboradores, parceiros, consultores e às autoridades de controle, pelas orientações e atenção prestadas à BS2 Seguros S.A.

Belo Horizonte / MG, 28 de fevereiro de 2024.

A Diretoria



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **BS2 SEGUROS S.A.**<u>Belo Horizonte - MG</u>

1. Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BS2 SEGUROS S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BS2 SEGUROS S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o Relatório do Auditor

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório da Administração e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar no presente caso.

4. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados –



Susep e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com incumbência de supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

5. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião;
- b. A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras:
 - (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Sociedade e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável;
 - (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade;
 - (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e
 - (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.



- c. Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria;
- d. A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo;
- e. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais:
- f. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- g. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- h. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2024.

FERNANDO MOTTA AUDITORES

CRCMG-12.557 | CVM-12.815

Fernando Campos Motta

Contador CRCMG - 91.109



PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

ANO-BASE: 2023

AOS ACIONISTAS E ADMINISTRADORES DA BS2 SEGUROS S/A

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da BS2 SEGUROS S/A, em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da BS2 SEGUROS S/A é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da BS2 SEGUROS S/A são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes



associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da BS2 SEGUROS S/A em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024.

Ricardo César Pessoa

Sócio Atuário MIBA 1076 (Certificado) Foco Atuarial Serviços de Consultoria e Auditoria Ltda. CNPJ 30.177.440/0001-80 CIBA 158



BS2 SEGUROS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

ota - cativa - 5 - 6 -	31.12.23 85.683 2.584 2.584	31.12.22 61.112 593
-	2.584	
-		593
6 _	2.584	
6 _		593
	65.887	56.848
	65.887	56.848
7 _	5.536	832
	5.536	832
_	1.206	903
3.1	1.158	845
5.2	48	58
9 _	33	28
	33	28
0 _	10.266	1.837
	10.266	1.837
1 _	171	71
	171	71
_	1.928	1.025
_	171	170
2	171	170
	171	170
3	9	-
3	1.748	855
_	87.611	62.137
1	6 - 7 - 3.1 - 3.2 - 10 - 11 - 12 - 13 13 - 13	6 65.887 65.887 7 5.536 7 5.536 1.206 8.1 1.158 8.2 48 9 33 10 10.266 11 171 171 1.928 171 12 171 13 9 13 1.748



BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

	Nota -	Exercício fi	ndo em
	Explicativa	31.12.23	31.12.22
PASSIVO			
CIRCULANTE	<u>-</u>	32.003	6.973
CONTAS A PAGAR	<u>-</u>	2.071	479
Obrigações a pagar	14.1	1.044	277
Impostos e encargos sociais a recolher	14.2	179	77
Encargos trabalhistas	14.3	87	47
Impostos e contribuições	14.4	761	77
DÉBITO OPERAÇÕES DE SEGURO	15 <u> </u>	1.870	750
Corretores de seguros		1.328	668
Operações com resseguradoras		542	82
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	16	3.076	456
Prêmios e emolumentos recebidos		3.076	456
PROVISÕES TÉCNICAS	17	21.832	3.939
Provisões técnicas		21.832	3.939
OUTROS DÉBITOS	18 _	3.154	1.350
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	55.608	55.165
Capital Social		48.000	48.000
Reserva Legal e Estatutária		7.608	7.165
TOTAL DO PASSIVO	-	87.611	62.137



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota -	Exercício fi	ndo em
	Explicativa	31.12.23	31.12.22
Prêmios emitidos	20.a	30.290	4.817
(+/-) Variação das provisões técnicas de prêmios	20.b	(16.551)	(3.564)
(=) Prêmios ganhos	<u>-</u>	13.739	1.253
(-) Sinistros ocorridos	20.c	(2.385)	(406)
(-) Custo de aquisição	20.d	(5.954)	(450)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	20.e	(133)	(11)
(-) Resultado com Resseguro	20.f	(342)	(11)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	20.g	(9.583)	(4.792)
(-) Pessoal Próprio		(4.861)	(2.408)
(-) Serviços de Terceiros		(2.842)	(1.422)
(-) Localização e Funcionamento		(1.678)	(520)
(-) Publicidade e Propaganda		(129)	(95)
(-) Publicações		(14)	(16)
(-) Despesas com Donativos e Contribuições		(7)	(9)
(-) Despesas Administrativas diversas		(52)	(322)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	20.h	(1.225)	(463)
(+) RESULTADO FINANCEIRO	20.i	7.219	5.248
(+) Receitas Financeiras		7.286	5.373
(-) Despesas Financeiras		(67)	(125)
(=) RESULTADO OPERACIONAL	-	1.336	367
(+/-) GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO RECORRENTES		119	-
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E	-		
PARTICIPAÇÕES	-	1.455	367
(-) Imposto de Renda	20.k	(342)	(60)
(-) Contribuição Social	20.k	(251)	(42)
(-) Participações sobre o lucro	20.1	(17)	
(=) LUCRO LÍQUIDO	-	845	266
(/) Quantidade de ações		32.515.848	32.515.848
(=) Lucro líquido por ação – R\$		0,03	0,01



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRAGENTE

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		
	31.12.23	31.12.22	
Resultado Líquido do Exercício	845		
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros			
Total do Resultado Abrangente do Exercício	845	266	



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

	<u> </u>	Reser	vas	Lucros	
	Capital social	Legal	de Lucros	acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.000	1.043	5.982		22.025
Aumento de Capital aprovado em 16.12.22	33.000	-	-	-	33.000
Lucro do exercício	-	-	-	266	266
Proposta para destinação do resultado:					
Dividendos Propostos	-	-	-	(126)	(126)
Constituição de Reservas		14	126	(140)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	48.000	1.057	6.108		55.165
Lucro do exercício	-	-	-	845	845
Proposta para destinação do resultado:					
Dividendos Propostos	-	-	-	(401)	(401)
Constituição de Reservas		42	401	(444)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	48.000	1.099	6.509		55.608



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de Reais)

MÉTODO INDIRETO	Exercício f	indo em
Atividades operacionais	31.12.23	31.12.22
Lucro líquido do período	845	266
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	284	45
Variação das contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(9.039)	(35.530)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(4.705)	(832)
Ativos de resseguro	(100)	(71)
Créditos fiscais e previdenciários	(667)	(424)
Despesas antecipadas	(5)	(28)
Custo de aquisição diferidos	(8.429)	(1.837)
Outros ativos	(39)	58
Fornecedores	415	399
Impostos e contribuições	1.180	66
Outras contas a pagar	402	-
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.120	750
Depósitos de terceiros	2.619	456
Provisões técnicas - seguros e resseguros	17.894	3.939
Outros passivos	1.804	1.350
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	3.579	(31.394)
Atividades de investimento		
Investimentos	(2)	-
Imobilizado	(10)	-
Intangível _	(1.175)	(900)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(1.187)	(900)
Atividade de financiamento		
Aumento de capital	-	33.000
Outros (dividendos propostos)	(401)	(127)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	(401)	32.873
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.991	579
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	593	14
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.584	593



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A BS2 Seguros S.A, anteriormente denominada Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com Sede e Foro em Belo Horizonte – MG, originalmente autorizada a operar com seguros de pessoas e com Planos de Previdência Complementar Aberta, em todo o território nacional. A Entidade foi constituída por AGC de 08.09.2004 e autorizada a operar através da Portaria da Superintendência de Seguros Privados (Susep) nº 2.064, de 13 de dezembro de 2004, Processo n.º 15414.003365/2004-33.

Em 20 de junho de 2005, a Entidade obteve aprovação da Susep para operar com o Plano de Previdência Complementar Aberta, na modalidade Plano Individual de Pecúlio por Morte, conforme Processo n.º 15414.001885/2005-92, iniciando as vendas em agosto de 2005. Desde setembro de 2015, a Previmax não possui mais riscos desta natureza, tendo em vista que os contratos deste plano se encontram todos cancelados.

Em janeiro de 2006, passou a operar com o Convênio de Operação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, para as categorias 1, 2, 9 e 10 e categorias 3 e 4, conforme Processo Susep n.º 15414.004917/2005-10. Com a edição da Resolução CNSP n.º 332/2015, foi unificada a operação do Seguro DPVAT, tendo o Consórcio que opera nas categorias 1, 2, 9 e 10 absorvido o Consórcio das categorias 3 e 4, sendo tais atos ratificados pelas seguradoras consorciadas. O consórcio DPVAT era então administrado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., designada para praticar todos os atos necessários à execução das operações do Seguro DPVAT, em estrita observância às normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

A Entidade, em setembro de 2020, formalizou junto à Seguradora Líder Administradora de Seguros DPVAT o interesse de desligamento do Consórcio de Operação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, a partir de 1º de janeiro de 2021.

A BS2 Seguros S.A. retomou a comercialização de seguros a partir do dia 1° de junho de 2022, após alteração de seu controle societário e ramos de atuação, homologada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), através da Portaria Susep N° 8.075, de 16/12/2022.



2. Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base nas normas contábeis, em registros permanentes, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, sob os Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, regulamentadas por circulares da Susep e apresentadas com observância ao Plano de Contas das Sociedades Seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Complementar, instituído pela Circular Susep n.º 648/2021 e posteriores alterações, sendo cumpridos, quando aplicável, os critérios estabelecidos pelos pronunciamentos editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC/Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Diretoria autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras do exercício em 28 de fevereiro de 2024.

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores; os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Susep".

2.2. Base para mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado, assim como instrumentos e passivos financeiros.

2.3. Continuidade

Os objetivos da Seguradora ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Entidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Seguradora pode rever a política de pagamento de dividendos. A Entidade deve atender às exigências de capital mínimo estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os esforços da Seguradora devem sempre estar atentos a tais exigências. O capital da Seguradora está ajustado para permitir limite de retenção em adequação com o plano de negócios.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras são mensuradas usando a moeda principal do ambiente econômico, no qual a Seguradora atua. A moeda funcional é o Real, que é utilizada nas Demonstrações Financeiras, arredondado em milhares, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia não possui ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data de fechamento do balanço.



2.5. Segregação entre circulante e não circulante

A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

2.6. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora

As seguintes novas normas foram emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamento Contábil) mas não estão em vigor para o exercício de 2023, para as empresas seguradoras, pois não foram aprovadas pela Susep.

- IFRS 9/CPC 48 "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Todavia, a Administração ainda não avaliou os impactos, uma vez que o órgão regulador (Susep) não aprovou esse pronunciamento.
- IFRS 17/CPC 50 "Contratos de Seguros": O IFRS 17 "Contratos de Seguros": foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 estava previsto para iniciar sua vigência em1º janeiro de 2023, porém a Susep ainda não aprovou este pronunciamento. A Seguradora está avaliando os impactos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Seguradora.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias a contar da data de aquisição, de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado.



3.2. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é classificado no montante do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado;
- Mantidos até o vencimento;
- Disponíveis para venda; e
- Empréstimos e recebíveis.

3.3. Passivos financeiros

Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.

3.4. Contas a pagar:

As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação.

3.5. Benefícios a empregados:

De acordo com CPC 33 a Seguradora possui programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários e outros benefícios de curto prazo.

3.6. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. Em 31/12/2023 a Seguradora não possui processos contingentes em andamento.

3.7. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos serão calculados e registrados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial. As despesas são reconhecidas quando incorridas conforme o período de competência. No caso do fornecimento de produtos, a Seguradora reconhece esse gasto como despesa quando tiver a posse ao que foi adquirido. No caso do fornecimento de serviços, a Seguradora reconhece o gasto como despesa quando recebe os serviços.



3.8. Receitas de juros

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do período segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por "impairment", a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.

3.9. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos saldos registrados nas Demonstrações Financeiras e, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão relacionadas à marcação a mercado dos ativos financeiros.

3.10. Circulante e não circulante

As contas do circulante são compostas por ativo e passivo que reúne valores esperados a serem realizados ou liquidados (pagos) em até doze meses após a data-base das Demonstrações Financeiras, ou seja, no grupo circulante são registrados direitos no curso do exercício social subsequente e as obrigações, quando se vencerem no exercício seguinte de acordo com sua natureza. Quando o prazo excede 360 dias, os ativos e passivos são classificados no não circulante.

3.11. Passivos oriundos de contratos de seguros

A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro na adoção inicial dos CPC. Segundo o CPC 11, a Seguradora utilizou a isenção de aplicar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BR GAAP (políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil que estão relacionadas abaixo) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização desta isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas contábeis previstas e permitidas segundo o CPC 11 para uma entidade que adota essas normas pela primeira vez. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados, de acordo com a Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir:



- i. A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de seguros brutos correspondente ao período ainda não decorrido de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata die" para todos os riscos assumidos na data base de cálculo. A PPNG inclui valor correspondente aos riscos vigentes mais ainda não emitidos (PPNG_RVNE), sendo esta parcela estimada a partir de relatório de prêmios ainda não emitidos e ajustada, se necessário, via teste de consistência.
- ii. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa, caso a caso, de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Os valores provisionados são calculados a partir dos valores reclamados pelos segurados, de acordo com o estabelecido na Nota Técnica de PSL e inclui assim ações judiciais relacionadas a sinistros, as quais são constituídas a partir de análises de consultores jurídicos para avaliação dos riscos em relação à importância segurada. A mensuração da estimativa da PSL poderá considerar ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados-IBNR, que é apurado mediante aplicação de testes de consistência.
- iii. A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros eventualmente ocorridos, entretanto, ainda não avisados à Seguradora até a data base das Demonstrações Financeiras. Para o cálculo, foi utilizado o modelo atuarial baseado no teste de consistência.
- iv. A provisão de despesas relacionadas (PDR) é composta de duas parcelas: a PDR (IBNR), que significa a estimativa de despesas diretas para os sinistros ocorridos e não avisados, estimada de forma agregada, e a PDR (PSL), que contempla a estimativa de despesas diretas relacionadas aos sinistros avisados e ainda não pagos, seguindo os mesmos procedimentos operacionais dos sinistros avisados. Para a obtenção da parcela da provisão de despesas relacionadas a sinistros avisados (PSL), a Seguradora apura as despesas relacionadas, de forma individualizada, pendentes de pagamento na data base de cálculo e, ainda, estima o valor global das despesas relacionadas aos sinistros judiciais que estejam em PSL. A parcela relacionada a sinistros não avisados (IBNR) é estimada pela razão entre a PDR(PSL) e a respectiva PSL.
- v. A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) é constituída para garantir o pagamento de resgates e devoluções de contribuições pendentes de regularização até a data-base de cálculo. Sua metodologia considera a estimativa de valores a regularizar, tanto na esfera administrativa como judicial, devidamente corrigidos até sua liquidação / extinção.

3.12. Teste de Adequação de Passivos (Liability Adequacy Test - TAP)

Conforme previsto nos normativos em vigor, semestralmente a Seguradora elabora o TAP para todos os contratos vigentes na data de sua execução. Este teste é realizado considerando-se como valor líquido contábil os passivos de contratos de seguro, deduzidos, se for o caso, dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados às provisões técnicas.



Para realização do teste, a Seguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizandose de premissas correntes para aplicação. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos são agrupados em função de similaridades (ou características de risco similares), e, consequentemente, de como os respectivos riscos de seguro são gerenciados pela administração, cujos valores são trazidos à data presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa realizados e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base (excetuada a Provisão Complementar de Cobertura – PCC, se houver), deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às respectivas provisões. Caso resulte em valor positivo, esta diferença deverá ser constituída na PCC, quando decorrente das provisões de PPNG, PMBAC e PMBC, ou, quando decorrente das demais provisões, deverá proceder-se ao ajuste da própria provisão que o originou.

Para a apuração das estimativas de sinistros, adotou-se as taxas de sinistralidade de cada ramo extraídas do Sistema de Estatísticas da Susep (SES), considerando-se a experiência de todas as supervisionadas no período dos últimos 36 meses. Já as despesas administrativas foram projetadas com base no histórico das despesas reais da Seguradora, considerando a premissa do TAP de que não haverá novas vendas (apenas a manutenção das obrigações assumidas até a data base). As estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros foram descontadas a valor presente com base no modelo de Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETTJ) livres de risco, estimada por meio de metodologia desenvolvida pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). Conforme os ramos em que opera atualmente, utilizou-se a ETTJ livre de risco pré-fixada. O desconto a valor presente foi realizado a partir dos vértices mensais dos fluxos de caixa. Conforme abaixo, pode-se concluir que o TAP não indicou necessidade de constituição de provisionamento complementar. Por fim, informamos que não se identificou valor de "Mais Valia" para o período.

Grupo	VP fluxos de caixa	Provisões técnicas	CAD	Resultados
6.000		100111003	0/10	ROSOIIGGOS
PPNG-PR	9.290	20.115	10.266	(559)
PPNG-NÃO REGISTRADOS	(584)	-	-	(584)
PSL,IBNR,PDR	1.646	1.688	-	(42)
PVR	29	29	-	-
Ativo de Resseg PPNG-PR	37	51	-	(14)
Ativo de Resseg PPNG-PNR	17	-	-	17

3.12.1. Desenvolvimento do pagamento de sinistros

A tabela a seguir mostra o desenvolvimento de pagamentos de sinistros. O objetivo dessa tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.

_	31.12.22	31.12.23
Provisão período anterior	-	345
Pagamentos		
Um ano mais tarde	-	120
Dois anos mais tarde	-	



3.12.2. Análises de sensibilidade

Com o objetivo de analisar a sensibilidade nos resultados da Supervisionada, frente à oscilação em algum de seus parâmetros técnicos, optou-se em realizar o teste junto à premissa de sinistros, agravando a rubrica de sinistros ocorridos, pois este é o indicador que, frente ao tipo de operação praticada, pode apresentar alguma volatilidade relevante, refletindo impacto no resultado e no patrimônio líquido contábil avaliado na data base do teste. Os demais parâmetros referentes a taxas de juros, índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos produtos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto.

Analisando-se os indicadores de sinistralidade de todas as supervisionadas do mercado nos ramos operados pela BS2, extraídos do SES/SUSEP, e observando-se o histórico de sua evolução entre os exercícios de 2021 e o atual (2021=51%; 2022=46%; 2023=40%), nota-se que há uma tendência de redução. Desta forma, entendeu-se prudente aplicar um agravo de 5% na rubrica contábil de sinistros ocorridos verificada no exercício de 2023, com vistas a analisar-se os respectivos impactos advindos deste cenário.

Seguem abaixo os reflexos contábeis no resultado e no patrimônio líquido oriundos das premissas de agravo na rubrica de sinistros ocorridos, líquidos dos efeitos tributários:

Premissas do teste de	Reflexo no Resultado		Reflexo no PL	
sensibilidade	Normal	Agravado	Normal	Agravado
Agravamento de 5%				
dos sinistros no				
exercício	845	726	55.608	55.489

Como conclusão do teste de sensibilidade, o impacto estimado sobre o Resultado e o PL, seria absorvido pela Supervisionada, uma vez que permaneceria com suficiência de PLA em relação ao CMR.

4. Gerenciamento de riscos

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de subscrição de seguro
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de capital
- Risco financeiro



Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de risco da Seguradora engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para a sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos ligados à ética, transparência e prestação de contas.

A estrutura de gerenciamento de risco é adaptada ao porte de negócios da Seguradora sendo conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pela área de Risco e pelos responsáveis de cada uma das áreas da Seguradora, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado.

4.1. Gerenciamento de risco de créditos:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro. A gestão de riscos dos ativos financeiros deve assegurar que os limites dos riscos apropriados aos investimentos não se excedam e que garantam retornos sustentáveis.

O valor justo dos instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em cotação de preços em mercado ativo na data do balanço. O valor cotado dos ativos financeiros mantidos pela Seguradora é o de mercado, onde estes são incluídos em nível 1.

4.2. Gerenciamento de risco de liquidez:

A gestão de risco de liquidez se dá pela capacidade de a Seguradora gerar, através do gerenciamento de seus investimentos, o volume suficiente para saldar seus compromissos. A tabela abaixo analisa os passivos e ativos financeiros da Seguradora por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, bem como a suficiência destes:

	Menos de um ano		
	31.12.23	31.12.22	
Obrigações a Pagar	(1.044)	(277)	
Passivo Financeiro	(1.044)	(277)	
Caixa e equivalentes de Caixa	2.584	593	
Ativo Financeiro	2.584	593	
Suficiência	1.540	316	

4.3. Gerenciamento de mercado

O risco de mercado é a alteração no preço de mercado sobre os ganhos da Seguradora, sobre o valor de seus instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros, o CPC 40, requer a divulgação relacionada à mensuração do valor justo com base no seguinte nível: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (nível 1). Em 31.12.2023 não havia saldos em contas de instrumentos financeiros no Balanço da Seguradora.



4.4. Gerenciamento de risco operacional

Risco operacional é resultante de perdas de processos internos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Seguradora não registrou perdas.

4.5. Gestão de risco de capital

As Seguradoras devem executar suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP. O Patrimônio Líquido Ajustado - PLA da Seguradora está sendo apresentado na nota 19.5.

5. Caixa e equivalentes

	31.12.23	31.12.22
Equivalentes de Caixa	2.584	593
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.584	593

6. Aplicações

Os títulos e valores mobiliários encontram-se registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – Cetip, até a sua liquidação financeira e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic, assim demonstrados:

Aplicação	31.12.23	%	31.12.22	%
Fundo XP Reserva Técnica	33.170	100%	26.379	100%
Títulos Privados	33.170	50%	26.379	46%
LFT - Vinculada	2.425	7%	2.143	7%
LFT - Livre	30.292	93%	28.327	93%
Títulos Públicos	32.717	50%	30.470	54%
Total de aplicações	65.887	100%	56.848	100%

A Entidade adota o PU do Mercado Secundário Anbima como parâmetro para o valor de mercado dos títulos públicos federais. A movimentação das aplicações financeiras está demonstrada no quadro abaixo:

Disponíveis para negociação	31.12.22	Aplicações	Resgates	Rendimentos / Resultado na venda	Ajustes TVM	31.12.23
Fundo XP Reserva Técnica	26.379	3.300	-	3.491	-	33.170
LFT - Vinculada	2.143	-	-	282	-	2.425
LFT - Livre	28.327	8.637	(10.184)	3.520	(9)	30.292
Total	56.848	11.937	(10.184)	7.294	(9)	65.887



Disponíveis para negociação	31.12.21	Aplicações	Resgates	Rendimentos / Resultado na venda	Ajustes TVM	31.12.22
Fundo XP Reserva Técnica	-	25.607	-	771	-	26.379
LFT - Vinculada	-	2.028	-	111	3	2.143
LFT - Livre Fundo Butiá –	7.715	49.508	(31.610)	2.679	36	28.327
Multimercado	13.603		(15.050)	1.447		
Total	21.318	77.144	(46.660)	5.009	39	56.848

7. Créditos das operações com seguros

	31.12.23	31.12.22
Prêmios a receber (7.1)	5.399	832
Créditos com capitalização	81	-
Antecipação de comissão	56	
Total	5.536	832

7.1. Prêmios a receber

31.12.23

			A vencer		
Ramos	Prêmios a Receber (RVE)	Prêmios a Receber (RVNE)	Redução ao valor recuperável	Prêmios a Receber líquido	Período médio de vencimento
1377 - Prestamista Individual	-	1.302	-	1.302	30 dias
1061 – Habitacional Prestamista	-	367	-	367	30 dias
1065 – Habitacional demais coberturas	-	20	-	20	30 dias
0114 - Compreensivo residencial	-	441	-	441	30 dias
0171 – Riscos diversos	-	1.167	-	1.167	30 dias
0531 – Automóvel - Casco	-	940	-	940	30 dias
0711 – Riscos diversos financeiros	-	305	-	305	30 dias
0977 – Prestamista coletivo	-	55	-	55	30 dias
1381 – Acidentes pessoais	-	303	-	303	30 dias
1390 – Eventos aleatórios	499	-		499	30 dias
Total	499	4.900		5.399	

7.2. Movimentação dos Saldos

31.12.22	832
(+) Prêmios emitidos	26.157
(+) Prêmios RVNE	4.412
(-) Prêmios cancelados	(68)
(+) IOF	442
(-) Recebimento	(26.376)
31.12.23	5.399



7.3. Aging dos Prêmios Pendentes

A vencer em	
Até um ano	5.399
Até 30 Dias	499
De 31 a 60 dias	4.900
De 61 a 90 dias	-
RVNE	
Total de Prêmios a receber	5.399

8. Títulos e Créditos a Receber

8.1. Créditos tributários e previdenciários

	31.12.23	31.12.22
Ajustes temporais - IRPJ	668	291
Ajustes temporais - CSLL	416	186
IRPJ - prejuízos fiscais	-	180
IRPJ em restituição	7	-
Antecipação de contribuição social	-	12
CSLL prejuízos fiscais	-	115
CSLL em restituição	5	-
Cofins a compensar	53	53
PIS a compensar	9	9
Total	1.158	845

8.2. Outros Créditos

	31.12.23	31.12.22
Valores a receber de Acionistas	-	57
Adiantamento a Fornecedores	48	1
Total	48	58

9. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas, no valor de R\$33 (R\$28 em 2022), são referentes a seguros corporativos.

10. Custos de Aquisição Diferidos

Ramo	31.12.23	31.12.22
1377 - Prestamista Individual	5.983	1.147
0993 - Vida em Grupo	1.085	690
0711 - Riscos Diversos Financeiros	1.033	-
0977 - Prestamista Coletivo	1.688	-
1381 - Acidentes Pessoais	40	-
1390 - Eventos Aleatórios	416	-
1391 - VIDA	21	
Total	10.266	1.837



10.1. Movimentação dos Saldos

31.12.21	
Constituição	2.287
Apropriação	(450)
31.12.22	1.837
Constituição	14.786
Apropriação	(6.357)
31.12.23	10.266

11. Ativos de Resseguros

31.12.23	
----------	--

	02.20		
Ramo	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - RVE	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - RVNE	Sinistros pendentes de recup.
0977 - Prestamista Coletivo	-	-	-
0993 – Capital global	51		120
Total Geral	51	-	120
Total Circulante	171		
	31.12.22		
Ramo	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - RVE	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - RVNE	Ativos de Resseguro Red. De IBNR
0977 - Prestamista Coletivo	42	20	9
Total Geral	42	20	9
Total Circulante	71		

12. Investimentos

A BS2 participa da Seguradora Líder do Consórcio DPVAT, conforme abaixo demonstrado:

_	31.12.23	31.12.22
Seguradora Líder	171	170



13. Imobilizado e Intangível

		Depreciação/				
	31.12.22	Aquisições	Amortização	31.12.23		
Imobilizado	-	10	(1)	9		
Intangível	855	1.175	(283)	1.748		

14. Contas a Pagar

14.1. Obrigações a Pagar

Até um ano	31.12.23	31.12.22
Fornecedores	539	124
Dividendos a pagar	352	126
Partes Relacionadas	153	27
Total	1.044	277

14.2. Impostos e encargos sociais a recolher

Até um ano	31.12.23	31.12.22
IR Retido de funcionários	80	51
IR Retido de terceiros	18	9
ISS Imposto sobre Serviços	2	1
Outros Impostos e Encargos Sociais	14	16
Imposto sobre operações financeiras	65	
Total	179	77

14.3. Encargos trabalhistas

Até um ano	31.12.23	31.12.22
FGTS a recolher	2	1
INSS a recolher	85	47
Total	87	47

14.4. Impostos e Contribuições

Até um ano	31.12.23	31.12.22
PIS a recolher	29	7
Cofins a recolher	182	44
IRPJ a recolher	328	15
CSLL a recolher	222	11
Total	761	77



15. Débitos com operações de Seguros

			31.12.23		
Ramos	Ressegurador Local (RVE)	Ressegurador Local (RVNE)	Comissões a Pagar	Comissões s Premios Emitidos	Estipulantes de Seguros
1377 - Prestamista Individual	-	-	-	(968)	1.772
1061 - Habitacional Prestamista 1065 - Habitacional Demais	-	-	-	80	-
Coberturas	-	-	-	(24)	-
0993 - Vida em Grupo	154	-	(1.257)	-	-
0977 - Prestamista Coletivo	-	387	-	2.156	-
0171 - Riscos Diversos	-	-	(1.302)	-	-
0531 - Automóvel – Casco	-	-	(16)	-	-
0711 - Riscos Diversos Financeiros	-	-	-	362	-
1381 - Acidentes Pessoais	-	-	-	42	-
1390 - Eventos Aleatórios	-	-	-	436	14
1391 - Vida				13	20
Soma	154	387	(2.575)	2.097	1.806
Total	1.870				

	31.12.22				
Ramos	Ressegurador Local (RVE) a Repassar	Ressegurador Local (RVNE) a Repassar	Comissões a Pagar	Comissões s Premios Emitidos	Estipulantes de Seguros
1377 - Prestamista Individual	-	-	-	-	46
1061 - Habitacional	-	-	-	47	-
0993 - Vida em Grupo	52	30	575		
Soma	52	30	575	47	46
Total	750				

16. Prêmios e Emolumentos Recebidos

Até um ano	31.12.23	31.12.22
Até 30 Dias	3.076	456
Total	3.076	456



17. Provisões Técnicas

31.12.23

			31.12.23		
Ramo	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - RVE	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - RVNE	Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados - IBNR	Outras Provisões
1377 - Prestamista Individual	7.838	1.077	-		29
1061 – Habitacional	-	-	1.138	548	-
0993 - Vida em Grupo	2.635	-	-	2	-
0711 - Riscos Diversos Financeiros	1.559	21	-	-	-
0171 - Riscos Diversos	-	1.030	-	-	-
0531 - Automóvel – Casco	-	769	-	-	-
0977 - Prestamista Coletivo	4.210	105	-	-	-
1381 - Acidentes Pessoais	45	270	-	-	-
1390 - Eventos Aleatórios	501	-	-	-	-
1391 – Vida	55	-	-	-	-
Sem ramo			<u>-</u>	<u> </u>	
Total Geral	16.843	3.272	1.138	550	29
Total	21.832				
			31.12.22		
Ramo	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - RVE	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - RVNE	Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados - IBNR	Outras Provisões
1377 - Prestamista Individual	1.486	326	200	11	3
1061 e 1065 - Habitacional	-	-	145	3	-
0993 - Vida em Grupo	1.725	28	-	12	-
Sem ramo	-	-	-	-	-
Soma	3.211	354	345	26	3
Total	3.939				



18. Outros Débitos

Até um ano	31.12.23	31.12.22
Provisões Trabalhistas	359	117
Outras Provisões	2.795	1.233
Total	3.154	1.350

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Em 16/12/2022, foi aprovado pela Susep aumento de capital no valor de R\$33.000.000,00, alteração da razão social de Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. para **BS2 Seguros S.A.**, alteração do objeto social para atuação nos seguros de danos e pessoas e alteração no controle societário, passando a IPG Holding Financeira S.A a obter 100% das ações da Companhia.

A composição acionária da Seguradora é constituída da seguinte forma:

Acionista	Participação	Ações
IPG Holding Financeira S.A	100%	32.515.848

19.2. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido ajustado, após a constituição da reserva legal, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia.

19.3. Reserva de Lucros

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

19.4. Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76

19.5. Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021, as sociedades seguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Seguradora apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado. A Sociedade segue os prazos estabelecidos na legislação específica para cálculo deste último:



- i. Para fins de qualidade de cobertura do capital mínimo requerido, em 31 de dezembro de 2023 seguindo a Resolução CNSP 432/2021 e alterações posteriores, foram realizados os ajustes de qualidade do CMR com 3 níveis de PLA conforme critérios abaixo:
 - a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
 - b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
 - c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

Os valores apurados são:

	31.12.23	31.12.22
Patrimônio líquido Ajustado	53.656	54.180
Ajustes contábeis	-	-
PLA Nível 1	52.573	53.891
PLA Nível 2	-	999
PLA Nível 3	1.084	-
Capital base (I)	8.100	8.100
Capital - Risco de subscrição	2.209	552
Capital - Risco de crédito	2.795	11
Capital – Risco Operacional	100	4
Capital – Risco de Mercado	4.811	100
Benefício da Diversificação	(2.463)	(72)
Capital de Risco - CR (II)	7.452	595
Capital mínimo requerido – CMR (maior valor entre I e II)	8.100	8.100
Suficiência de PLA	45.556	46.790
% Suficiência de PLA	562,4%	677,6%
Cobertura CMR (NÍVEL 1) (mínimo 50% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 1)	649%	665,3%
Cobertura do CMR (NÍVEIS 2 e 3) (máximo 50% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 2 e 3) Cobertura do CMR (NÍVEL 3) (máximo 15% CMR	13,4%	12,3%
cobertos pelo PLA NÍVEL 3)	13,4%	0%
	<u>-</u>	31.12.23
Provisões Técnicas		21.832
Direitos Creditórios		-
Custos de Aquisição Diferidos Redutores		-
Ativos de Resseguro Redutores e Ativos de Retrocessão R Depósitos Judiciais Redutores	edutores	-
Necessidade de Cobertura de Provisões Técnicas	-	21.832
Ativos Garantidores Líquidos		35.595
Ativos em Excesso à Necessidade de Cobertura de Provisõ	13.762	
Taxa de Cobertura		163%



20. Detalhamento das contas da demonstração do resultado

Detalhe das contas de resultado	31.12.23	31.12.22
a) Prêmios emitidos	30.290	4.817
Prêmios emitidos - RVE	26.157	4.456
Prêmios Cancelados	(68)	(6)
Prêmios vigentes não emitidos - RVNE	4.201	368
b) Variação das provisões técnicas de prêmios diretos	(16.551)	(3.564)
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG - RVE)	(13.633)	(3.211)
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG - RVNE)	(2.918)	(354)
c) Sinistros ocorridos diretos	(2.385)	(406)
Sinistros ocorridos	(1.861)	(380)
Sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	(524)	(26)
d) Custos de aquisição	(5.954)	(450)
Comissões	(14.383)	(2.287)
Variação do Custo de Aquisição diferido	8.429	1.837
e) Outras despesas operacionais	(133)	(11)
Outras despesas com operações de seguros	(133)	(11)
f) Resultado com Resseguro	(342)	(11)
Indenizações de Sinistros	138	-
Sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	(9)	9
Prêmios emitidos Resseguro- RVE	(459)	(82)
Provisão de prêmios não ganhos Resseguro (PPNG-RVE)	(11)	63
g) Despesas administrativas	(9.583)	(4.792)
Pessoal próprio	(4.861)	(2.408)
Serviços de terceiros	(2.842)	(1.422)
Localização e funcionamento	(1.678)	(520)
Publicações Legais	(129)	(95)
Despesas com Publicações	(14)	(16)
Despesas com Donativos	(7)	(9)
Outras despesas administrativas	(52)	(322)
h) Despesas com tributos	(1.225)	(463)
Cofins	(802)	(262)
PIS	(105)	(43)
Taxa de localização	-	-
Taxa de fiscalização	(303)	(153)
Outros tributos	(15)	(5)
i) Resultado financeiro	7.219	5.248
Receitas financeiras	7.286	5.373
Receitas com títulos de renda fixa privados	(67)	(125)
j) Ganhos ou perdas com ativos não recorrentes	119	-
k) Impostos sobre o Resultado	(593)	(102)
Imposto de Renda	(342)	(60)
Contribuição Social	(251)	(42)
I) Participação nos Lucros	(17)	-
Participação nos Lucros	(17)	<u>-</u>
Resultado Operacional	845	266



21. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.23	31.12.22
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e após participações Base de cálculo após compensações / adições /	1.438	367
exclusões	2.285	1.048
Alíquota nominal	40%	41%
Imposto nominal	(9)	(430)
Ajustes temporais	606	477
Prejuízo fiscal	(292)	(172)
Total nominal	(600)	125
Benefício Fiscal – Doações	7	_
Despesa/Receita efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social % Taxa efetiva do Imposto de Renda e Contribuição	593	102
Social	25%	10%

22. Remuneração dos Diretores e Operações com Partes Relacionadas

	31.12.23	31.12.22
Remuneração a Dirigentes	3.683	810
Partes Relacionadas		
Compartilhamento de Serviços a pagar	35	27
Comissões a pagar	118	-
Compartilhamento de Serviços pagos	298	127
Comissões pagas	720	-

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adriano Carlos Vieira Romano Nicholas Lance Tarlie Marcos Antônio Vaz de Magalhães Rodrigo Braga Pentagna Guimarães Ronaldo Santos de Oliveira

DIRETORIA EXECUTIVA

Adriano Carlos Vieira Romano – Diretor Presidente Alessandro Luís Jarzynski – Diretor de Operações, Financeiro e de Controladoria Davi Ponciano Araújo de Lima – Diretor de Controles Internos

CONTADOR RESPONSÁVEL

Fábio Roberto Pereira - CRC-1SP239076-O/0

ATUÁRIA RESPONSÁVEL TÉCNICA

Danielle Bellissimo Wilk - MIBA 2481

